

# Editorial

Abrimos o primeiro número da *Revista Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos* do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, de 2020, em um contexto bastante preocupante e inesperado, no meio de uma Pandemia Sanitária Global decorrente do Coronavírus. Nesses estranhos tempos de isolamento social imposto pelo risco de contaminação da COVID-19, evidenciam-se a essencialidade e a necessidade do investimento na pesquisa científica, bem como a importância dos veículos de propagação do conhecimento e sua disponibilização de forma democrática e acessível a toda comunidade acadêmica. Nesse sentido, podemos afirmar que é bastante gratificante contribuir com a difusão do conhecimento científico e jurídico propiciando a publicação dos manuscritos que compõem o presente volume, com o intuito de trazer ricas contribuições para a pesquisa na área do Direito.

Inauguramos esta edição com um artigo dos autores Oscar Lopez, da Universidade Livre da Colômbia, e Tulio Enrique Rojas, da Universidade de Cuaca, na Colômbia. Eles analisam a política do historicismo no discurso multicultural, expondo a tensão na ideia de nação na Constituição Política colombiana de 1991 e a noção de identidade promovida pelo multiculturalismo jurídico e utilizando, para isso, relevantes sentenças da Corte Colombiana.

Nosso segundo aporte é de Eduardo Biacchi Gomes, da UniBrasil – PR, e de Edileny Tomé da Mata, da Universidade Pablo de Olavide, na Espanha, eles abordam o controle de constitucionalidade no sistema africano de direitos humanos para averiguar como se realiza o diálogo entre as jurisdições.

A terceira contribuição vem de Deilton Ribeiro Brasil e Aille de Almeida Mendes, ambos da Universidade de Itaúna – MG, os autores expõem os avanços e os desafios no estabelecimento de um novo marco legal quanto ao fluxo migratório no Brasil e evidenciam algumas incongruências na concessão de certos tipos de vistos, o que pode gerar cerceamento de direitos dos migrantes.

Após, temos Elve Miguel Cenci e Tânia Lobo Muniz, ambos da Universidade Estadual de Londrina – PR, discutindo avanços e retrocessos no direito constitucional e no direito internacional no pós-guerra.

Em seguida, José Rodrigo Rodrigues, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS, discute a visão de poder constituinte de Antonio Negri, à luz da teoria do direito de Franz Neumann.

Rebeca Fernandes Dias, da Universidade Dom Bosco – PR, analisa como um célebre embate da ciência criminal (final do século XIX e primeira metade do XX), a disputa entre Escola Clássica e Escola Positiva, vai se reproduzir na cultura jurídica criminal brasileira, mais especificamente no cenário baiano, a partir de dois grandes juristas: Moniz Sodré e Filinto Bastos.

Vitor Sartori, da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa a relação existente entre o Direito e a moralidade na obra de Lukács, anterior a sua obra História e a consciência de classe.

Caroline Müller Bitencourt e Janriê Rodrigues Reck, ambos da Universidade de Santa Cruz do Sul – RS, investigam as relações entre neoliberalismo, Estado de Exceção e controle social na contemporaneidade do Brasil.

José Sérgio da Silva Cristóvam, da Universidade Federal de Santa Catarina, Luca Bossoni Saikali, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e Thanderson Pereira de Sousa, da Universidade Federal de Santa Catarina, abordam as possibilidades de utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) voltadas para a concretização de direitos sociais, pela via da prestação direta de serviços públicos, a partir da noção de Governo Digital.

Para finalizar esta edição, Pedro de Menezes Niebuhr, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Luiz Eduardo Alterburg de Assis, da Universidade Federal do Paraná, estudam o fenômeno da participação estatal minoritária nas sociedades empresariais como instrumento de intervenção no domínio econômico

Agradecemos aos autores pelas contribuições enviadas e a todos aqueles que trabalharam para o fechamento desta edição. Em tempos de isolamento social, esperamos que as pesquisas aqui publicadas possam trazer contribuições proficuas ao mundo jurídico.

*Norma Sueli Padilha*

Editora-chefe